



Ensino Polémica sobre contratos de associação com ensino particular e cooperativo

Privadas querem saber de vez qual o ensino mais barato

Alterações no financiamento das escolas particulares reacenderam debate ideológico sobre o ensino público e privado

André Jegundo

● O próximo ano poderá ser de mudança para alguns dos 53 mil alunos que frequentam os 94 colégios particulares com contratos de associação. Com a redução dos apoios que o Governo pretende introduzir, em zonas onde coexistam escolas privadas e públicas do mesmo grau de ensino, as privadas admitem que muitos pais poderão ter que transferir os filhos para as públicas. As escolas particulares queixam-se de “asfixiamento” e desafiam a tutela a fazer as contas para saber qual o ensino mais barato. Para o Governo, são medidas de “racionalização” face ao crescimento da oferta pública.

O Governo alega que os contratos de associação, surgidos na década de 1980 para assegurar a gratuitidade do ensino em zonas carenciadas de escolas públicas, já não se justificam nos locais onde há escolas do Estado.

“A partir da década de 80, com a explosão na procura do ensino, surgiram imensos colégios onde havia falta de oferta. Entretanto, por motivos políticos, ideológicos, pressões locais, o Estado não deixou de construir escolas. Mesmo com a taxa de natalidade a diminuir. E, desde há dez anos, há uma tensão cada vez maior entre escolas privadas e públicas”, reconhece Jorge Cotovio, professor no Colégio São Teotónio, em Coimbra, e secretário-geral da Associação Portuguesa das Escolas Católicas.

João Alvarenga, presidente da Associação de Escolas do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), considera que há muitas zonas onde as escolas particulares têm um papel decisivo, sobretudo entre o 5.º e o 9.º ano. “E depois de terem desempenhado um papel importante de escolarização, as escolas particulares devem agora passar a ter a função de permitir a liberdade de opção dos pais”, defende.

Há mais de 30 anos que a forma de financiamento do Estado às escolas particulares se mantinha praticamente inalterada, ao abrigo do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo (EPC), de 1980, e que entretanto sofreu três alterações. O decreto-lei

agora aprovado pretende alterar os contratos até agora plurianuais e automaticamente renovados.

O Governo fala na necessidade de renegociar os contratos de associação, aqueles que abarcam um universo de 53 mil alunos e um maior peso financeiro para o Estado (cerca de 235 milhões de euros por ano). E prevê equiparar o modelo de financiamento destes contratos ao das escolas profissionais, atribuindo 80 mil euros por ano por turma, em vez de 110 mil. O ME pretende reduzir em 30 por cento as transferências para o privado.

Guerra de números

O cálculo de quanto custa um aluno está no centro de uma guerra: o Governo diz que nas privadas um estudante custa cerca de 4440 euros por ano, ao passo que o Orçamento do Estado para 2011 dotará as escolas públicas com um montante de 3750 euros por aluno.

Números que, para Jorge Cotovio, autor de uma tese sobre o ensino privado, representam uma “manobra de intoxicação da opinião pública”. “3750 euros é o valor previsto para o próximo ano, mas não dizem quanto é que custou este ano ou no anterior. E não dizem também que em 2011 haverá um corte de 11 por cento na educação estatal. Mas nas escolas privadas os cortes ainda serão maiores”, defende, desafiando os partidos no Parlamento a apurar “de uma vez por todas” qual é o ensino mais barato.

“É algo histórico e cultural no país, desde os jesuítas, que praticamente criaram a primeira rede nacional de ensino. Estamos nos cem anos da República, não é por acaso que sucede isto. Há muito anticlericalismo aqui metido”, afirma Cotovio.

A Conferência Episcopal junta-se às críticas das escolas particulares e das católicas que esperam que o diploma não seja promulgado pelo Presidente da República. “Estamos disponíveis para acompanhar o esforço de redução de despesa, mas não com esta disparidade. Estamos num grau dois de contestação. Espero que não seja preciso elevar o tom”, avisa João Alvarenga.

O Governo diz que um estudante nas privadas custa 4.440 euros/ano...



Uma escola pública e uma privada lado a lado

“No estatal, os governantes mexem muito em

Reportagem

Maria João Lopes

● Mal o padre Manuel Carvalheiro Dias entra numa sala do Colégio de São Teotónio, em Coimbra, os alunos do 5.º ano levantam-se. A cerca de dois quilómetros, na estatal EB 2,3 Dra. Maria Alice Gouveia, não há esta regra. É importante? “É sinal de respeito por qualquer pessoa que entre”, diz o director do colégio.

As duas escolas têm alunos de várias classes, nacionalidades e credos. A directora da EB 2,3, Margarida Girão, acredita, porém, que “há mais heterogeneidade na pública”: “É mais difícil de gerir, mas os alunos saem a ganhar, a nível humano e social.”

O director do São Teotónio - onde há contratos de associação no 2.º e 3.º ciclos - também garante que o colégio se pauta pela diversidade e que, apesar de ser católico, recebe alunos de outras religiões. E mostra a carta de um muçulmano que elogia a forma como a escola integrou as filhas.

Ali, há um cumprimento rígido das normas: quando se cruza com o padre, um aluno que se prepara para entrar na aula de teatro explica, de imediato, que o chapéu

que traz na cabeça - o que não é permitido na escola - faz parte da caracterização da personagem.

Os alunos não reclamam das instalações do colégio: tem cinema-teatro, ginásio, pavilhão, biblioteca, ludoteca com bilhar, matraquilhos, pingue-pongue... Na Dra. Maria Alice Gouveia, não há aquecimento nas salas e as meninas queixam-se das casas de banho. Margarida Girão diz que elas estão “cheias de razão”.

A responsável não se coíbe de apontar como problemas da escola estatal o excesso de burocracia e o facto de a gestão ser feita tendo

em conta decisões do Ministério da Educação. “Somos rigorosos, mas os recursos são cada vez menos”, diz referindo-se, entre outros, à diminuição de professores.

Esta é uma das razões que levam Carlos Alcobia a escolher o São Teotónio para os filhos: “Há estabilidade do corpo docente. As crianças vêm para aqui com dois anos e saem no 12.º. Na estatal, mexe-se muito em pouco tempo. Os governantes andam sempre a mexer nos professores, nos currículos, sem saber se têm resultados...”, diz, acrescentando

em conta decisões do Ministério da Educação. “Somos rigorosos, mas os recursos são cada vez menos”, diz referindo-se, entre outros, à diminuição de professores.



...ao passo que o OE/2001 dá às escolas públicas 3.750 euros/ano



O peculiar caso de Fátima

Quase 3000 alunos em três colégios católicos, sem nenhuma escola pública na cidade

A cidade de Fátima, a maior do concelho de Ourém, deverá ser a única a nível nacional que não tem oferta pública de ensino do 2.º ciclo ao secundário. Três colégios privados, católicos, com contratos de associação, asseguram, de forma gratuita, a escolaridade entre o 5.º e o 12.º ano para 2800 alunos da zona: o Centro de Estudos de Fátima (CEF) tem 1200 alunos, o Colégio de S. Miguel 1100

e o Sagrado Coração de Maria 500. "Há 40 anos, Fátima vivia dos seminários e a primeira oferta de ensino foi para seminaristas. À medida que a população foi crescendo e não havendo oferta pública, os seminários abriram o ensino à população e, mais tarde, através dos contratos de associação, integrámo-nos na rede pública de escolas", afirma Manuel Augusto Bento, director do CEF.

O facto de no concelho não existirem escolas públicas não significa que, com as novas regras de financiamento, os colégios de Fátima não venham a passar por maiores dificuldades. "Se passarmos dos apoios de 115 mil euros por turma para 80 mil euros por turma, como é intenção do ME, isso obrigaria a reajustamentos muito grandes e a uma redução do quadro de pessoal", afirma Bento.

O director do CEF diz que não viria "nenhum mal ao mundo" se o Estado construísse escolas públicas no concelho, desde que o poder da escolha estivesse do lado dos pais. "Somos defensores de uma rede pública onde coexistam escolas do Estado e privados, sendo o acesso gratuito em ambas. Não podem ir para os colégios privados apenas os filhos dos ricos", defende. **A.J.**

pouco tempo”

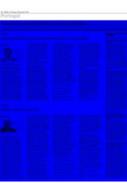
que é um descanso poder ter os filhos no colégio das 8h30 às 19h00, em aulas e actividades (basquetebol, judo, ballet, guitarra...). Na estatal, as portas fecham às 18h30, há uma manhã e uma tarde em que os alunos não têm aulas e também há clube de música, de teatro, desporto...

Margarida Girão “não acredita” que no ensino oficial haja “vagas suficientes” para os alunos que tenham que deixar o particular, caso sejam aprovadas as alterações aos contratos de associação.

“Aqui, não existe capacidade para mais turmas”. Na Dra. Maria Alice Gouveia, do 5.º ao 9.º, há 29 turmas; no São Teotónio, 15.

E resultados? Comparemos os exames do 9.º: no colégio, a Língua Portuguesa, 8,1 por cento tiveram negativa (na frequência, 1,4). A Matemática, a taxa foi de 21,6 por cento (na frequência, 13,5). Na Dra. Maria Alice Gouveia, cerca de cinco por cento reprovaram no exame de Língua Portuguesa (dois por cento na frequência); a Matemática, houve 24 por cento de reprovações (na frequência, 23).

No ranking nacional elaborado pelo PÚBLICO, considerando as escolas básicas onde foram feitos pelo menos 50 exames, o colégio está em 56.º e a EB 2,3 Dra. Alice Gouveia em 101.º.



Contratos de associação Polémica sobre o papel do Estado

A favor

Contratualização ou discricionariedade: eis a questão!

Opinião



Roberto Carneiro

● Num Estado de Direito, a relação contratual entre o Estado e o particular rege-se pelos princípios da confiança, que pressupõe regras de estabilidade e previsibilidade nas relações entre os contraentes, e da paridade, que assenta na premissa de que a contratualização se opera entre "iguais", sendo decorrente de uma negociação livre entre as partes que procuram um acordo honesto previamente à fixação das cláusulas contratuais.

Os contratos de associação foram instituídos há 30 anos pelo DL 553/80. Na sua génese, encontrava-se a necessidade de se promover a existência de uma rede de estabelecimentos

de ensino que cobrisse todo o território nacional chegando-se até onde não existia oferta estatal. Nestas últimas três décadas, os estabelecimentos de ensino com contrato de associação têm garantido o interesse público no acesso à educação, totalmente gratuita para as famílias.

A necessidade de rigor nas contas públicas e de partilhar por todos os sacrifícios demandados pelo actual contexto é um imperativo. Não enveredarei, por isso, na discussão fina dos valores financeiros envolvidos nos contratos de associação. Apenas observarei, a este respeito, a sua estabilidade ao longo dos últimos 15 anos, oscilando em torno de 92 a 97 contratos celebrados anualmente, e beneficiando cerca de 50 mil alunos e respectivas famílias, pelo que o argumento de contenção do despesismo dificilmente colhe para justificar alterações substanciais de um normativo cuja ossatura essencial se encontra em vigor há 30 anos, sem oposição nem

crítica fundamentada.

O que me parece inexplicável é a precarização das relações entre o Estado e o privado que a revisão deste normativo introduz, abrindo caminho à discricionariedade administrativa e burocrática, comprometendo-se o interesse social e educacional das crianças, jovens e famílias.

Atente-se à natureza precisa das alterações: (i) revogam-se as regras de estabilidade e previsibilidade nas relações entre o Estado e os privados (anualidade dos contratos; não renovação automática; ausência de indemnização na cessação; não consideração do privado na construção da rede pública de ensino); (ii) revogam-se normas importantes do

As alterações impostas pelo Governo violam o princípio da paridade contratual, deixando desprotegido qualquer horizonte de médio prazo

suporte jurídico da liberdade de opção educativa das famílias (tendencial gratuitidade do ensino obrigatório em qualquer estabelecimento de ensino, embora subordinada à regra prudencial das disponibilidades orçamentais); (iii) cessam-se os efeitos de todos os contratos simples, de associação e de patrocínio no final do ano escolar de 2010-2011; e (iv) desconhecem-se as regras de celebração de novos (e precários) contratos.

As alterações impostas pelo Governo violam o princípio da paridade contratual, deixando desprotegido qualquer horizonte de médio prazo aos estabelecimentos de ensino, criando-se um desequilíbrio especialmente grave no sector do ensino, por um projecto educativo é, por natureza, plurianual. Que família optará para os seus filhos por um projecto educativo que se pode esgotar na contingência dos ciclos anuais?

Universidade Católica Portuguesa, professor e investigador

P. & R.

Que tipo de escolas privadas existe?

A origem das escolas particulares em Portugal está intimamente ligada à Igreja Católica, nomeadamente a várias ordens religiosas. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, surgiram outras escolas particulares laicas, ligadas nestes casos a cooperativas e a sociedades comerciais. Dos cerca de 330 mil alunos do pré-escolar ao secundário, que hoje frequentam o ensino particular e cooperativo, o Estado apoia 44 por cento.

Que tipos de contrato há entre o Estado e as escolas privadas?

De acordo com o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, que entrou em vigor em 1980, os contratos estabelecidos entre o Ministério da Educação e as escolas particulares podem ser de três tipos: os contratos de associação devem ser celebrados com escolas privadas localizadas em zonas carenciadas de oferta pública; os contratos simples destinam-se a permitir condições especiais de redução de propina para alunos que frequentem escolas particulares não abrangidas por contratos de associação; e, finalmente, os contratos de patrocínio que servem para apoiar alunos que frequentem o ensino artístico.

As escolas particulares com contrato de associação destinam-se a que tipo de alunos?

Ao contrário das escolas particulares sem qualquer relação com o Estado, as escolas com contrato de associação estão abertas a todos os alunos, tendo apenas como limitação o número de vagas disponíveis em cada escola. Com um número de vagas limitado, a selecção dos alunos é habitualmente feita através de critérios de proximidade geográfica.

De que forma é gerido o apoio financeiro do Estado?

De acordo com a Associação Portuguesa de Escolas Particulares e Cooperativas, as escolas com contrato de associação possuem uma conta específica para gerirem as verbas atribuídas pelo Estado no âmbito dos contratos. Como qualquer outra escola particular, as escolas com contrato de associação procuram ter lucro, mas tendo sempre que garantir a gratuitidade do ensino para os alunos abrangidos pelos apoios. Nestes casos, há autonomia financeira na gestão da escola, mas estas podem ser alvo de inspecções periódicas. **A.J.**

Contra

A falsa "querela escolar"

Opinião



João Barroso

● Só nos faltava mais esta... Agora, a pretexto dos cortes orçamentais e da redução da despesa pública, querem abrir em Portugal "a querela escolar", como aconteceu no século passado, em França na década de 60 e em Espanha na década de 70, opondo os "defensores da educação que, para justificar "a diminuição da despesa no âmbito do esforço nacional de equilíbrio das contas públicas", invoca a defesa da escola pública, tantas vezes esquecida em outras ocasiões e decisões. Do outro lado está, em especial, a Associação Portuguesa das Escolas Católicas (APEC), que, a pretexto de combater as medidas anunciadas pelo Governo de rever o regime

dos "contratos de associação", invoca a necessidade de alterar o papel do Estado na educação e defende a "liberdade e escolha" das escolas pelas famílias, apelando para isso à mobilização das "comunidades educativas das escolas católicas e de regime cooperativo e particular". Como afirmava, a este propósito, o bispo de Aveiro (em notícia da Agência Ecclesia - Agência da Agência Igreja Católica em Portugal, no seu sítio, de 6 de Dezembro), "o povo é quem mais ordena e se o exercício de poder não for um serviço, torna-se um abuso, que tem de ser denunciado e corrigido por cidadãos conscientes e activos".

A propósito desta "guerra anunciada" (e se não estivermos mais uma vez, por parte do executivo, face a uma "entrada de leão e saída de sendeiro"), urge fazer três breves comentários, tendo em conta o curto espaço disponível:

- A relação ensino público versus ensino privado remete para um debate que tem estado latente na sociedade portuguesa e que necessita de clarificação por parte das várias forças políticas e pela sociedade em geral. Abrir esse debate a pretexto das questões

orçamentais e da necessidade de reduzir despesas não parece ser a estratégia mais adequada e arrisca-se a cristalizar o debate em questões menores e de circunstância, dando lugar a todas as demagogias.

- As razões para defender a escola pública e o papel essencial do Estado na sua regulação e provisão, no contexto actual da sociedade portuguesa, derivam (é essa a posição que defendo) não de uma disputa entre público e privado, mas sim da necessidade de preservar um "ideal colectivo" de uma escola democrática e não segregativa, baseado na universalidade do acesso, na igualdade de oportunidades, na partilha de uma cultura comum, na continuidade dos percursos escolares, coisas que o mercado não pode oferecer.

- A defesa da escola pública

A defesa da escola pública não pode estar prisioneira de qualquer tipo de ortodoxia sobre o modo como se concretizam os seus ideais e se organizam as suas estruturas

não pode estar prisioneira de qualquer tipo de ortodoxia sobre o modo como se concretizam os seus ideais e se organizam as suas estruturas e actividades. A preservação da escola pública passa pela sua capacidade de se actualizar face às mudanças que ocorrerem ao longo do tempo, nos vários domínios da vida social.

No caso presente, isso significa que a opção não pode estar limitada entre, por um lado, preservar a escola pública impedindo as famílias de fugirem dela, e, por outro, aniquilar a escola pública com a criação artificial de um mercado educativo sustentado com dinheiro público. A solução passa, pelo contrário, por um reforço da dimensão cívica e comunitária da escola pública, restabelecendo um equilíbrio entre a função reguladora do Estado, a participação dos cidadãos e o profissionalismo dos professores, na construção de um "bem comum local" que é a educação das crianças e dos jovens.

Lisboa, 7 de Dezembro de 2010.
Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa



Desafio ao Governo

Privados querem saber que ensino fica mais barato

● A redução dos apoios que o Governo pretende aplicar a algumas escolas privadas pode levá-las ao “asfixiamento”. Os 94 colégios particulares em causa desafiam a tutela a fazer as contas para saber qual o ensino mais barato. → Portugal, 8 a 10